
DA EVOLUÇÃO DA "ARTE DENTÁRIA" E SEU ENSINO EM PORTUGAL ATÉ AOS NOSSOS DIAS

A. Nunes da Silva*

Silva AN. Da Evolução da "Arte Dentária" e seu Ensino em Portugal até aos nossos dias.
Rev. Port. de Est. e Cir. Maxilofac. 1996; Vol. 37 (4): págs. 215-222

Dizia o Prof. Doutor Luís de Pina na sua invocação bíblica em lição proferida no II Congresso Nacional de Estomatologia, que "o Homem e o dente são contemporâneos, dado que o Senhor os formou de um só sopro depois de ter criado a luz e de ter extinto a escuridão sem idade do Mundo". Com o primeiro pecado do Homem e da Mulher veio o castigo eterno, o sofrimento e a dor e "serão a cárie e a dor que hão-de merecer, na longa história da arte dentária, empenhadíssimas atenções dos que têm por dever aliviar os sofrimentos humanos".

De facto a cárie e a dor existem desde a mais remota antiguidade, como o provam não só, no caso do *Egipto*, os papiros que se debruçavam nalguns dos seus capítulos sobre temas dentários, como o de Edwin Smith com os seus 3 600 anos e o de Ebers, da mesma época, mas também o exame das múmias, sabendo-se por exemplo que o grande faraó Amenófis III foi um mártir com os dentes. Heródoto, no século V A.C. assinala profissionais de saúde, dos quais alguns seriam unicamente dentistas. A higiene dentária era conhecida, usando-se o "pan" à base de cardamomo (planta aromática de sabor picante) e outras plantas aromáticas e que era simultaneamente anti-séptico e sialogogo. A terapêutica conservadora

recorria a "obturações" à base de terra da Núbia, de silicato de cobre hidratado, resina de terebintina, etc. E os dentes paradentósicos eram consolidados medicamente pelo uso de adstringentes ou então pela aplicação de ligaduras.

Em relação ao *Próximo - Oriente*, em texto encontrado em Ninive, na biblioteca de Assurbanipal, datado do segundo milénio A. C. refere-se a Dio Edin Mugi, o mais antigo dentista conhecido.

Na *Grécia*, Hipócrates, nascido no ano 460 A.C. refere-se às odontalgias, aos abscessos dentários e às aftas. As terapêuticas resumiam-se a extracções, cauterizações gengivais, gargarejos e bochechos.

Em *Roma* a higiene oral era tida em grande conta, usando-se certas plantas, como o nardo, a verbena, o meimendo e a mirra para perfumar o hálito.

Na obra de Celso "De re medica" insiste-se na necessidade de conservar os dentes, recomenda-se a obturação temporária das cáries com pó de ardósia ou chumbo e a ligadura dos dentes paradentósicos.

Galeno (131 - 201 D.C.) é provavelmente o primeiro a falar dos vasos e nervos dentários, discorrendo também sobre o mecanismo das odontalgias. Será também na Roma antiga que começa a anestesia local com o uso da "pedra de Memphis" (carbonato de cálcio) molhada em vinagre e aplicada em fricções, exercendo um efeito antálgico por libertação de ácido carbónico.

* Médico Estomatologista. Prof. Associado com Agregação da Disciplina de Medicina Oral FMDUL

Feita esta introdução, entremos no tema que nos propomos tratar, embora de uma forma sucinta.

No nosso país podemos considerar a evolução da Odontologia e da Estomatologia dividida grosseiramente em 6 períodos.

1.º Período - Medieval - em que sobressaem os nomes de Pedro Hispano e Valesco de Taranta.

Aceita-se que a primeira escola de Medicina em Portugal existiu no Mosteiro de Sta. Cruz, em Coimbra, ainda no tempo de D. Afonso Henriques, o que não é de estranhar, visto a medicina de então ser exercida, na maior parte, por frades que consideravam o seu exercício uma obra de misericórdia.

Foi muito provavelmente nessa escola, que fez a sua formação básica Pedro Julião ou *Pedro Hispano* (1220-1277), Papa sob o nome de João XXI, aliás o único Papa que foi médico e o único Papa português, e que pela sua ciência mereceu o nome de Doutor Universal. Entre várias obras de medicina e de teologia que escreveu, vale a pena lembrar o "Thesaurus - Pauperum", compilação de todas as receitas médicas conhecidas no seu tempo com um carácter eminentemente prático, obra que teve grande expansão na Idade Média e repetidamente editada, logo a partir dos alvares da imprensa.

Conhecem-se 81 edições em várias línguas do séc. XV ao séc. XVIII. A obra terá sido escrita entre 1247 e 1252 quando Pedro Hispano professava medicina na Universidade de Siena e uma das primeiras edições é a de Antuérpia, de 1497.

Vasco ou Valesco de Taranta, médico e professor português do séc. XIV, diplomou-se na Universidade de Monpélier, onde professou e onde se ostenta o seu retrato. Foi médico de grande nomeada no seu tempo, tendo sido clínico de Carlos VI, rei de França. No seu "Philonium" trata longamente de cada uma das afecções que importam aos dentes, dissertando sobre a sua etiologia, sintomatologia, prognóstico, profilaxia e tratamento.

2.º Período - Renascimento - em que surgem as obras de *Amato Lusitano*, *Tomáz Rodrigues da Veiga*

e *Garcia da Horta* entre outros, *Amato Lusitano*, cognome de João Rodrigues de Castelo-Branco foi um notável médico português do séc. XVI (1511-1568), que exerceu medicina em Antuérpia, Ferrara e Roma onde tratou o Papa Júlio III. Uma das observações interessantes de *Amato Lusitano* refere-se a uma perfuração palatina de origem sífilítica, cuja oclusão consegue por meio de uma placa de ouro.

Entre as doenças que se tornaram frequentes entre nós no tempo dos descobrimentos há a referir o escorbuto, a que Camões se refere nos *Lusíadas* quando diz:

"Quem haverá que sem o ver o crea?
Que tão disformemente alli lhe incharão
As gengivas na boca, que crecia
A carne e juntamente apodrecia"

É natural que a medicina se preocupasse com este grave problema, que se arrastou pelos séculos seguintes, a ponto do Dr. João Cardoso de Miranda, já em 1741, declarar ter visto em dez anos mais de 4.000 casos, havendo barcos de Angola para o Brasil em que morreram de escorbuto mais de trezentas pessoas, na maioria escravos. *Garcia da Horta*, nos seus "Colóquios" refere várias drogas indígenas que vieram enriquecer o arsenal terapêutico europeu. Quanto ao exercício da profissão neste período há a referir uma *Carta Régia* de 28 de Outubro de 1448, de El-Rei D. Afonso V, segundo a qual "ninguém podia usar da física ou da cirurgia sem licença especial dada pelo Cirurgião-Mor Mestre Gil" e quem usasse da Arte sem carta passada por Mestre Gil era preso e multado.

Entretanto a Medicina ou Física tendia a separar-se da cirurgia, arte menor, e assim surgiu, para além do Cirurgião-Mor, o Físico-Mor, de acordo com o "Regimento do Físico-Mor de Portugal" de 25 de Fevereiro de 1551.

Apesar de todas as medidas legais, grassava o curandeirismo, tornando pouco apetecível o curso médico.

De facto, no Portugal de 1540, em 642 alunos que frequentavam a Universidade, só 10 estudavam

medicina, situação esta que não era apanágio do nosso país, pois na cidade de Viena, em 1511, apenas havia 18 médicos universitários.

Em relação à *arte dentária*, quem, nesse tempo, tirava dentes eram alguns cirurgiões, a maior parte dos barbeiros, e já alguns cirurgiões estrangeiros ambulantes, como Mestre Pedro, por alcunha o "sacamuêlas", nascido em França por volta de 1526 e que exercia a arte em Lisboa em 1561, intitulando-se cirurgião-dentista.

3.º Período - Século XVII. Uma carta régia de 1629 frisa a necessidade dos Cirurgiões-Mores visitarem os domínios reais e examinarem os que nele exerciam os ofícios de cirurgião e barbeiro, e, dois anos depois, novo documento diz que nessas visitas *seriam multadas as pessoas que "tirassem dentes sem licença"*.

Recordemos que as *cartas de barbeiro*, firmadas pelo Cirurgião-Mor, autorizavam a sangrar, pôr ventosas, sarjar, pôr causticos, fazer pequenas intervenções cirúrgicas e tirar dentes.

Para se ser cirurgião-barbeiro era preciso que o candidato provasse a aprendizagem com mestre idóneo e depois exercesse a profissão controlado por este ou nalgum hospital durante dois anos, e só depois seria examinado pelo Cirurgião-Mor ou seus delegados.

No próprio Hospital de Todos os Santos, origem dos progressos da anatomia e da arte cirúrgica entre nós, o ensino da pequena cirurgia baseava-se numa obra de Manuel Leitão intitulada "Prática dos Barbeiros", provavelmente impressa em 1604.

Segundo Silva Carvalho, *Zacuto Lusitano* (1572-1642), clínico notável, que depois de ter exercido em Portugal durante 30 anos se retirou para Amsterdam, com receio da Inquisição, e onde viveu o resto da sua vida, é o primeiro dos nossos autores a fazer uma descrição completa dos dentes, referindo neles a existência de nervos, artérias e veias e demorando-se a discutir a sua sensibilidade que, em sua opinião, é a qualidade que os distingue dos outros "ossos". Trata também da anatomia da língua, descrevendo-lhe três nervos e dez músculos e ainda da dor e da hemorragia pós-extracção.

4.º Período - Século XVIII. É um século de profundas transformações políticas, culturais e sociais, fonte de descobertas no campo da física, da química e também da medicina.

Entre nós, entre os vários grupos de profissionais na arte de curar, o médico ou físico encontrava-se no cimo da escala, seguido pelo cirurgião e só depois pelos algebristas (ortopedistas), sangradores, parteiros, arrancadores de dentes, cirurgiões herniários, etc. D. Maria I extingue os cargos de Cirurgião-Mor e Físico-Mor, atribuindo as suas funções à *Real Junta do Proto-Medicato* que, segundo uma lei de 1782, era constituída por sete médicos e cirurgiões.

Os candidatos a arrancadores de dentes teriam que requerer a respectiva carta, à Junta.

Vários cirurgiões e médicos portugueses, em seus escritos, se debruçaram sobre aspectos dentários, sem todavia se notar qualquer evolução, continuando a imperar as mais inconcebíveis e extravagantes crenças.

Feliciano de Almeida, o mais ilustre cirurgião do seu tempo, na obra "Cirurgia Reformada" publicada em 1738, inclui capítulos sobre a rânula, edema dos lábios, epúlida, escorbuto, noma ou gangrena da boca e também a dor de dentes, empregando pela primeira vez o termo odontalgia.

Começam agora a surgir traduções de publicações estrangeiras, como o "*Tratado das Operações de Cirurgia*" do Sharp, impresso em Londres em 1746 e traduzido por Castro Sarmiento, em que se fala da operação ao lábio leporino.

Do francês *Le Clerc* foi publicada a "*Cirurgia Anatômica e Completa*", com capítulos sobre a cirurgia do lábio leporino, do freio da língua da fractura do mandibular.

Um nome desta época que normalmente é citado é o do *Dr. Francisco da Fonseca Henriques* ou Dr. Mirandela.

Na sua obra "Medicina Lusitana. Socorro Delphico" (Amsterdam 1731), debruça-se atentamente sobre a patologia oral e dentária.

5.º Período - O Século XIX inicia-se entre nós com

uma publicação de um "*Plano de Exames*" em Maio de 1800, por ordem do Príncipe Regente, Neste documento determina-se "...aquelas pessoas que quiserem exercer singularmente alguma das operações da Arte Obstétrica, da Litotomia, da Catarata, etc. serão examinadas sobre aquele ramo da cirurgia a que se propuseram, inquirindo-se sobre a anatomia parcial, métodos de operar e razões de preferência e da mesma forma (proporção guardada) se procederá com os Cirurgiões Herniários, *Dentistas* e Sangradores". Pela primeira vez se encontra num documento oficial a palavra dentista.

Com as invasões francesas, D. João VI transfere-se para o Brasil, onde fundou a primeira escola de cirurgia em território Brasileiro.

É suprimida a Real Junta do Proto-Medicato e nomeado de novo um Cirurgião-Mor.

No Brasil a arte dentária estava nas mãos de negros e libertos, na sua quase totalidade sem conhecimentos cirúrgicos.

Em Portugal, só em 1825, com a criação das Régias Escolas de Cirurgia, se organizam cursos completos de cirurgia em 5 anos, embora não fossem conferidos graus académicos.

Em 1836, estas Escolas, com a introdução de novas cadeiras de medicina, transformam-se em Escolas Médico-Cirúrgicas, e em 1866 já havia perfeita igualdade, sob o ponto de vista prático, entre Lisboa, Porto e Coimbra, somente aquelas continuavam a não conferir, graus académicos, o que só viria a acontecer muito mais tarde em 1911, quando foram criadas as Universidade de Lisboa e Porto.

Para além da Obstetria e Oftalmologia, surgem agora novas especialidades como a Medicina Legal, Pediatria, Dermatologia, Neurologia e Psiquiatria. Não tinha chegado ainda a hora da Estomatologia.

Pela portaria de 13 de Julho de 1870 foi finalmente estabelecido um Programa para admissão a exames e habilitação de dentista. Os exames podiam ser feitos na Universidade de Coimbra ou nas escolas Médicas de Lisboa e Porto. As habilitações exigidas eram instrução primária e certidão de aprovação em francês ou inglês. As matérias incluíam anatomia, patologia,

medicina operatória (conservação e extracção de dentes) e prótese dentária.

Estes dentistas não podiam tratar doenças da boca e receitar medicamentos de uso interno.

No princípio do séc. XIX já havia, principalmente em Lisboa, muitos dentistas portugueses e vários estrangeiros que, vinham procurar fortuna. As tabuletas e anúncios traduziam ainda a sua incultura, espírito mercantilista e exibicionista e por vezes descarada charlatanice.

Havia um que se intitulava "Sangrador, barbeiro, dentista e cirurgião, tem ótimos unguentos e manipula as pílulas famosas do porto, vulgo da Família".

Um italiano, depois de passar por Barcelona, Valência e Madrid, aqui esteve de 1817 a 1827; além de exercer a sua arte vendia um elixir odontológico, pós para limpar os dentes, um produto para tirar verrugas, calos e cravos, um depilatório, pós para tingir o cabelo e pomada para o fazer crescer.

Em 1850, chega a Lisboa o suíço Schmidli que tirava dentes montado num cavalo. Apesar dos espetáculos que dava e se propunha dar e do muito que se propagandeava, a sua fama inicial foi esmaecendo e acabou por tirar dentes a qualquer preço e grátis aos pobres.

Neste século XIX, pelo mundo fora começaram a surgir escolas dentárias, mas a sua orientação era sobretudo técnica, o que levava os médicos a interessarem-se não só pela patologia dentária, como pela da mucosa oral, dos maxilares, das glândulas salivares, criando-se assim uma nova disciplina denominada estomatologia por Albrecht em 1856, termo difundido em França por Andrieu a partir de 1868.

6.º Período - Século XX

1.ª Fase: Do advento da República à criação das Escolas Superiores de Medicina Dentária. O advento da República, como diz Simões Bayão, com o seu vasto programa de reformas, fez acalantar a esperança num ensino organizado, e, assim, a Assembleia Geral da Sociedade de Odontologia Portuguesa, reunida em

Novembro de 1910, nomeou uma comissão que devia elaborar um projecto de lei a apresentar ao Ministro do Interior Dr. António José de Almeida.

Esse projecto, que pressupunha a revogação da Portaria de 1870 já então obsoleta, sugeria a criação de uma escola destinada à formação dos futuros cirurgiões dentistas e que se denominaria *Escola Dentária de Lisboa*.

De facto, logo em 18 de Janeiro de 1911, um decreto suspende os exames de dentista por se "haver reconhecido o actual regime de habilitações como insuficiente e incompatível com as exigências da ciência dentária", permitindo, todavia, como veio a ser costume, um regime transitório de exames.

No mês seguinte em 22 de Fevereiro de 1911, um novo decreto, tão esquecido, ignorado e de significado tão transcendente, cria uma *Cadeira de Estomatologia nas Faculdades de Medicina* então reformadas, cadeira que é extinta em 1926 sem nunca ter funcionado.

Ainda neste ano de 1911 novo decreto (25 de Maio) revoga a caduca portaria de 1870, entregando futuramente o exercício da arte dentária exclusivamente aos médicos.

Em 1918 uma portaria (21 de Janeiro) oriunda do Ministério da Instrução Pública, cria várias comissões de estudo, uma das quais em relação com o ensino dentário. Compunham-na um estomatologista - o Dr. Alberto Amado especializado pela Universidade de Harward, e dois conhecidos odontologistas - Simões Bayão laureado pela Escola Dentária de Paris e Clarimundo Emílio, da Escola de Baltimore. Dela nasceu um *Projecto de uma Escola Dentária*, que chegou a ser publicado no Diário do Governo de 14/01/1919.

O curso teria a duração de 3 anos e só seriam admitidos os candidatos habilitados com o 2.º ano de Medicina.

A instabilidade política surgida após a morte do Presidente Sidónio Pais, possivelmente alguma obstrução e a nossa habitual apatia e mediocridade não permitiram que este projecto se concretizasse, o que teria constituído um avanço deveras notável em relação à odontologia portuguesa.

Em 11 de Agosto de 1927 é publicado um decreto que cria o *Instituto de Estomatologia*, aberto só a médicos, o qual se propunha ministrar o ensino em 2 anos, de forma similar do Instituto de Estomatologia de Paris.

Igualmente por decreto foram nomeados os respectivos professores, os quais chegaram a tomar posse em 2 de Outubro do mesmo ano! Mas quando tudo parecia ter entrado numa fase irreversível e de concretização a curto prazo, mais uma vez o processo se gorou, voltando assim à tal portaria caduca, obsoleta e incapaz de 1870, mas com agravantes: não se exigia o documento comprovativo de exame de instrução primária e de tradução de língua francesa ou inglesa (Decreto 15.199 de 21 de Fevereiro de 1928). Incompetência ou corrupção?

Um novo decreto de 1928 autoriza o governo a nomear uma comissão afim de estabelecer normas definitivas do ensino dentário, comissão essa que era constituída por 3 professores das Faculdades de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra, 2 médicos-estomatologistas e 2 odontologistas.

Redigiu-se um projecto de decreto propondo a criação das *Escolas Dentárias de Lisboa e Porto* que ficariam agregadas às respectivas Faculdades de Medicina.

O curso teria a duração de 5 anos e o seu currículo era mais ou menos sobreponível ao do projecto de 1919; os títulos conferidos seriam o de cirurgião-dentista e doutor em cirurgia dentária. O teor destas propostas é mais uma vez ignorado.

A Sociedade Portuguesa de Estomatologia, a primeira Sociedade Científica a organizar-se, de entre as várias especialidades médicas (1918), veio a tornar-se durante muitos anos o centro mais idóneo e mais importante da Estomatologia em Portugal. Em 1934 começa a publicar o seu órgão oficial, a *Revista Portuguesa de Estomatologia*, que, para além do seu carácter científico, vai pugnar pelo ensino estruturado desta especialidade.

Muitos anos depois, no biénio 1964-65 quando fui Secretário-Geral da S.P.E. na presidência do Dr. Palma Leal escrevi no relatório final: "Foi preocupa-

ção da Direcção não esquecer nenhum dos graves problemas que incidem sobre a nossa classe. Em primeiro lugar o problema do ensino, para o que foi pedida uma audiência ao Senhor Ministro da Educação Nacional. A pedido deste foi posteriormente entregue no ministério uma exposição sobre o assunto a fim de que o Senhor Ministro se pudesse inteirar de tão grave e urgente problema".

E no biénio seguinte - 1966-67 - na Direcção presidida pelo Dr. Bação Leal e à qual pertenci como Vice-Presidente pode ler-se no Relatório e Contas de Gerência: "Proseguindo a acção da Direcção anterior, promoveu-se a realização do *"I Colóquio sobre o Ensino da Estomatologia"* em que tomaram parte os Professores Xavier Morato, Daniel Serrão, Michel Dechaume, Andrea Benagiano e Dr. Paiva Boléo".

Novamente em 1968-69, com a mesma Direcção, durante a realização do "IV Congresso Português e VI Internacional de Estomatologia" com a participação de 22 países, teve lugar uma *Mesa Redonda sobre o Ensino* e com base nas conclusões desta, a Direcção da S.P.E. elaborou um *projecto de ensino* para estudo das entidades competentes.

Nesse mesmo biénio, a Direcção de que eu era Vice-Presidente foi recebida pelo Ministro da Educação Nacional, a quem fez entrega de uma exposição pedindo a criação do ensino da Estomatologia.

Para além da preocupação permanente sobre o ensino, procurou a S. P. E. suprir, ainda que minimamente, essa falta, com uma actividade que ainda hoje consideramos altamente meritória.

Recordemos que em 64-65 se realizaram 20 reuniões científicas, se projectaram 8 filmes sobre temas da especialidade, 1 mesa redonda e 3 cursos de aperfeiçoamento com duração de 3 a 5 dias, além da realização do "II Congresso Nacional de Estomatologia" (Porto - Junho 1964).

No mandato seguinte (66 - 67) tiveram lugar 24 comunicações e conferências, 10 cursos de aperfeiçoamento, as "Jornadas Luso-Brasileiras" de que fui Secretário-Geral e o "III Congresso Português de Estomatologia", e no biénio de 1968 - 69, para além das "I Jornadas Estomatólogicas de Coimbra" e do "IV

Congresso Português e VI Internacional de Estomatologia", ainda se levaram a efeito 8 cursos e 19 conferências.

Como pode ver-se pela resenha anteriormente feita sobre os vários projectos de ensino, quer eles se filiassem na antiga corrente europeia das escolas pertencerem a uma Faculdade de Medicina quer se inclinassem para a corrente americana de escolas odontológicas autónomas, todas as esforçadas tentativas fracassaram, mesmo quando parecia eminente e irreversível a sua concretização.

Em 25/11/69 por despacho do Ministro da Saúde, foi nomeada uma *"Comissão para o estudo da assistência dentária em Portugal"*, de que faziam parte os doutores Arnaldo Sampaio, inspector superior de saúde, Lélío Marques dos H.C.L. como representante da Ordem dos Médicos, a minha pessoa, do hospital de Santa Maria e representando a S. P. E. e ainda Carlos Tavares do Sindicato dos Odontologistas e a Dr.ª D.ª Maria dos Prazeres Pizarro Beleza, consultora jurídica do Ministério da Saúde.

No relatório final elaborado por esta Comissão estava incluído um *"Plano de estudo para a licenciatura em Odontologia"*, da minha autoria, com quatro anos de escolaridade seguido de um ano de estágio hospitalar supervisionado mas remunerado, projecto que mais não pretendia que servir de base a uma reflexão mais elaborada.

Desencadeado por este relatório surgiu em 13 de Setembro de 1971 um Despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde e Assistência nomeando uma nova Comissão com o encargo de organizar em Lisboa uma *Escola Superior de Odontologia* e ainda escolas em Lisboa, Porto e Coimbra para preparação de técnicos auxiliares.

Constituiu esta Comissão além do Dr. Arnaldo Sampaio, Director do Gabinete de Planeamento e Dr. Cristiano Nina, Director Geral de Saúde, eu próprio que já fazia parte da Comissão anterior e ainda os Drs. Bação Leal e Jorge Leitão.

Pessoalmente cheguei a contactar diversos catedráticos da Faculdade de Medicina de Lisboa no sentido de garantir o ensino das cadeiras básicas na futura

Escola, cujo edifício deveria surgir ao abrigo do IV Plano de Fomento com uma verba prevista de 70 000 contos.

A título pessoal visitei a Escola de Estomatologia de Madrid, o Instituto de Estomatologia de Paris na Salpêtrière, a Escola Nacional de Cirurgia Dentária de Montrouge e a Escola Dentária de Génève.

Com a minha mobilização para o Ultramar em 1972, creio que esta Comissão morreu lenta e serenamente.

2.ª Fase: Em 1973, após o meu regresso, novas perspectivas se abriram sob a acção impulsionadora do Dr. Bação Leal, encarando-se a hipótese da futura Escola vir a funcionar provisoriamente no Instituto de Medicina Tropical, onde ainda chegámos a ter um gabinete para reuniões.

Esta ideia não abortou completamente, pois o mesmo grupo de trabalho de que eu fazia parte com os Drs. Bação Leal e Falcato Simões, começou a ter audiência junto do GEP (Gabinete de Estudo e Planeamento do Ministério da Educação), traçando com o Eng. Brotas, futuro Secretário de Estado do Ensino Superior, e ao longo de várias reuniões, as linhas gerais do decreto criador da Escola Superior de Medicina Dentária. (Decreto-Lei 282/75 de 6 de Junho).

Finalmente aos três dias do mês de *Julho de 1975*, no gabinete do Director Geral de Ensino Superior tomou posse a *Comissão Instaladora da Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa*, nomeada por Despacho N.º 26/71 de 1 do mesmo mês, constituída por aquele mesmo grupo de trabalho - Drs. Bação Leal, que seria o Presidente, Nunes da Silva e Falcato Simões - e outros elementos propostos por uma Assembleia Geral de Estomatologistas, nomeadamente Drs. Simões dos Santos e Mexia de Almeida e odontologista Fernando Ferreira, e assim veio a surgir de uma forma real, corpórea, a Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa inaugurada em 1977 e integrada na Universidade de Lisboa em 1991 com a designação de F.M.D. (Desp. 169/ME/91) e integração plena em Janeiro de 1993.

A ESMD do *Porto* criada pelo Decreto-Lei 368/76 de 15 de Maio, com percurso semelhante à de Lisboa, recebe os seus primeiros alunos no ano de 1976-77 e é integrada na Universidade do Porto em 1989 (Decreto-Lei N.º 10/89 de 6 de Janeiro).

Em *Coimbra* o processo foi um pouco diferente e mais tardio vindo o curso de Medicina Dentária a constituir uma licenciatura da Faculdade de Medicina.

Posteriormente surgiram os Institutos Superiores de Ciências da Saúde de Lisboa e Porto, instituições privadas com Cursos de Medicina Dentária.

E assim, com a fundação das Faculdades e Cursos de Medicina Dentária, culminaram cem anos de lutas, vicissitudes, frustrações e anseios, com anos de esperanças e profundas desilusões, com anos em que muitos pioneiros se extinguíram, deixando a outras gerações a fé e a força para retomar a caminhada nunca interrompida.

Felizes dos que, como nós, tiveram enfim a oportunidade de criar, porque como dizia Marañon:

Viver não é só viver, é existir
e criar
Saber gozar e sofrer e não dormir
sem sonhar
Descansar é começar a morrer

BIBLIOGRAFIA

1. A. NUNES DA SILVA - "Breves notas para uma História da Medicina Oral" - Rev. P. Est. e Cir. Max. Facial, 1984.
2. A. NUNES DA SILVA - "Um século de projectos do ensino odontológico" - Rev. P. Est. e Cir. Max. Facial 1984.
3. A. NUNES DA SILVA - "O ensino e a assistência dentária no Mundo de hoje" - Rev. Odonto N.º 3 - 1978.
4. A. NUNES DA SILVA - "Aspectos do ensino médico-dentário em Portugal" - Conferência no "Rotary Club" em Dez. 1987.
5. A. NUNES DA SILVA - "Relatório sobre os requisitos a que deve obedecer a criação de cursos de licenciatura em Medicina no domínio Dentário" (1985) - solicitado pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Pinto Machado.
6. A. NUNES DA SILVA - "Relatório sobre a Assistência Dentária em Portugal, com projectos de estudos odontológicos" (1970).

DA EVOLUÇÃO DA "ARTE DENTÁRIA" E SEU ENSINO EM PORTUGAL ATÉ AOS NOSSOS DIAS

7. A. NUNES DA SILVA – "A Sociedade Portuguesa de Estomatologia (Vida e Obra)" - Rev. P. Est. e Cir. Max. Facial - 1972.
8. A. SILVA CARVALHO – "Dentes, dentistas e odontólogos" – Rev. Port. Estomatologia - 1936 a 1938.
9. J. DE PAIVA BOLÉO – "Consideração sobre o Ensino da Estomatologia no nosso País" - Rev. Port. Est. e Cir. Max. Facial N.º 4 - 1968.
10. LUÍS DE PINA – "Luzes e sombras da velha arte dentária" – Lição inaugural do "II Congresso Nacional de Estomatologia" em Junho de 1964 e publicado na Rev. P. Est. e Cir. Max. Facial.